

Governo estuda indexador para o calote

Sônia Mossri

O Ministério da Economia já estuda as características do título da dívida pública que será empregado para pagar a quase totalidade da dívida das empresas estatais com empreiteiras, fornecedores e sistema financeiro. Ao contrário do modelo argentino, adotado pelo presidente Carlos Menem, a equipe da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, descarta a utilização de um bônus com cláusula de correção cambial por envolver um risco maior para o Tesouro Nacional.

Com a realização das eleições, finalmente o Palácio do Planalto deverá encaminhar para publicação no **Diário Oficial** decreto do presidente Fernando Collor instituindo grupo interministerial para negociar com empreiteiros, fornecedores e instituições financeiras o reescalonamento dos débitos da União. O secretário-executivo do grupo deverá ser Eduardo Teixeira, secretário-executivo do Ministério da Economia.

Há alguns meses atrás, Eduardo Teixeira esteve na Argentina, onde manteve contatos com autoridades da área econômica daquele país. Há quase dois meses, o governo Menem deu um verdadeiro "calote" nos credores privados, pagando os débitos com títulos com prazo de dez anos, com amortizações trimestrais em 35 parcelas. Esses papéis contêm cláusula de reajuste cambial.

Riscos

Um assessor do Ministério da Economia envolvido diretamente nos estudos com relação ao ajuste com os credores de empresas estatais disse ontem, ao **Jornal de Brasília**, que o lançamento de bônus com cláusula de correção cambial para pagamento das dívidas está descartado. Ele explicou que isso implicaria em riscos grandes para o Tesouro, uma vez que a cotação do dólar não pode ser prevista com segurança. Se o Brasil for obrigado a gerar novamente superávits elevados na balança comercial para manter os compromissos da dívida externa, por exemplo, o dólar inevitavelmente sofreria uma elevação da sua cotação em relação ao cruzeiro. Isso seria desastroso para o Tesouro, no caso de possuir no mercado volume significativo de títulos da dívida pública com correção cambial.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Departamento do Tesouro, Banco do Brasil, Ministério da Infra-Estrutura e Secretaria de Assuntos Estratégicos participam das discussões preliminares sobre a forma de pagamento da dívida das



estatais. No próprio Ministério da Economia, os assessores fazem questão de ressaltar que o calote foi feito durante os governos anteriores, que raramente colocaram no Orçamento Geral da União dotações para ressarcir parte da dívida com credores privados.

Técnicos experientes lembram que se tornou rotina nos governos anteriores a adoção de práticas irregulares para privilegiar algumas empreiteiras com o pagamento de dívidas. Como não existem recursos disponíveis para que o Tesouro honre as dívidas das estatais, a única alternativa é a emissão de bônus de longo prazo, negociáveis no mercado secundário. Quem não aceitar esse tipo de moeda, avisa um importante assessor do Ministério da Economia, estará sujeito a "receber vento".

Atualmente, o governo já dispõe de um arsenal de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro, Letras do Tesouro Nacional e Bônus do Tesouro Nacional) que poderão ser utilizadas para o pagamento da dívida das estatais com o setor privado, que, somente com empreiteiras, atinge a marca de US\$ 4 bilhões. Apesar da polêmica jurídica em torno do assunto, alguns técnicos estão confiantes de que não haverá necessidade de envio de projeto de lei para criação de um novo papel, bastan-

do empregar os títulos já existentes, alterando-lhes as características.

Siderbrás

Uma das maiores dificuldades que o Ministério da Economia enfrenta se relaciona ao acerto com os bancos que detêm debêntures da série especial da extinta **holding Siderbrás**, como o Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco Itaú e Citibank. Com a extinção da **holding** estatal, todas as dívidas passaram a ser responsabilidade do Departamento do Tesouro. Como não existem recursos disponíveis, o governo deseja trocar as debêntures por bônus ou até mesmo certificados de privatização.

Já o Ministério da Infra-Estrutura alega sérias dificuldades legais para a proposta do Ministério da Economia. Alguns assessores do ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, chegam a afirmar que até mesmo a privatização das subsidiárias da Siderbrás está comprometida em função da lei de desestatização não observar adequadamente a Lei das Sociedades Anônimas. Esse argumento não ressoa bem na equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello, que acusa o Ministério da Infra-Estrutura de tentar preservar a **holding Siderbrás**.

As divergências entre os ministérios da Economia e Infra-Estrutura prometem se acentuar nos próximos dias. Já está pronta minuta de decreto do presidente Collor transferindo a administração da dívida da extinta Siderbrás da Infra-Estrutura para a Economia. Os assessores mais próximos à ministra Zélia Cardoso de Mello acreditam que esta é a única forma de solucionar a questão da dívida da extinta Siderbrás sem muitos sobressaltos.

Ainda não está definido se o governo começará a realizar auditoria sobre a legalidade da dívida contraída pelas empresas estatais ainda em 90. De qualquer forma, ela se tornará realidade e o Ministério da Economia deverá contratar consultoria privada para essa tarefa.

Empreiteiras

A área econômica está preparada para as pressões políticas, que já ensaiaram os primeiros passos, contra os "bônus das empreiteiras". O lobby de empreiteiras é forte dentro do próprio governo, reunindo personagens do círculo próximo do presidente Fernando Collor. Muitos diretores de empreiteiras circulam com tranquilidade nos gabinetes do Ministério da Infra-Estrutura, onde eles teriam alguns aliados.